



## TERMO DE REFERÊNCIA

**DO OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS EM MANUTENÇÃO DE REDES DE COMPUTADORES; GERENCIAMENTO DE EMAILS INSTITUCIONAIS; HOSPEDAGEM, MANUTENÇÃO E PROGRAMAÇÃO DO PORTAL DA TRANSPARÊNCIA DA PREFEITURA E HOME-PAGE DA SECRETARIA MUNICIPAL DA GESTÃO DO MEIO AMBIENTE E TURISMO; HOSPEDAGEM, MANUTENÇÃO E PROGRAMAÇÃO DO APLICATIVO INTERLIGADO COM O PORTAL DA TRANSPARÊNCIA DA PREFEITURA PARA ANDROID E iOS; POSTAGEM DIÁRIA DE ARQUIVOS PDF'S NO PORTAL DA TRANSPARÊNCIA REFERENTES A ESTA SECRETARIA.**

### 1. ESPECIFICAÇÃO E QUANTITATIVO DO ITEM DO OBJETO:

ITEM	DESCRIÇÃO	UNID	QTD	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
01	CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS EM MANUTENÇÃO DE REDES DE COMPUTADORES; GERENCIAMENTO DE EMAILS INSTITUCIONAIS; HOSPEDAGEM, MANUTENÇÃO E PROGRAMAÇÃO DO PORTAL DA TRANSPARÊNCIA DA PREFEITURA E HOME-PAGE DA SECRETARIA MUNICIPAL DDA GESTÃO DO MEIO AMBIENTE E TURISMO, MANUTENÇÃO E PROGRAMAÇÃO DO APLICATIVO INTERLIGADO COM O PORTAL DA TRANSPARÊNCIA DA PREFEITURA PARA ANDROID E iOS; POSTAGEM DIÁRIA DE ARQUIVOS PDF'S NO PORTAL DA TRANSPARÊNCIA REFERENTES A ESTA SECRETARIA.	MÊS/ SERV	12		

### 2. DA VIGÊNCIA

2.1-A vigência deste instrumento contratual iniciará a partir da assinatura do contrato a contar 12 meses, podendo ser prorrogado nos termos do art. 105 da lei 14.133.

### 3. DAS DOTAÇÕES ORÇAMENTARIAS



**Prefeitura Municipal de Belterra**  
**Secretaria Municipal da Gestão do Meio Ambiente e Turismo**  
FUNDO MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE - FMMA  
CNPJ 32.434.374/0001-01



3.1-Os recursos financeiros para cobertura do presente contrato para o exercício 2023 correrão à contar da dotação orçamentária seguinte:

**04.122.002.2056.0000 – MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DO FMMA**  
**3.3.90.39.00 – OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS – PESSOA JURÍDICA**  
**FONTE DE RECURSO: 0.1.00**

#### **4. JUSTIFICATIVA E OBJETIVO DA CONTRATAÇÃO**

4.1-O presente termo dispõe de **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS EM MANUTENÇÃO DE REDES DE COMPUTADORES; GERENCIAMENTO DE EMAILS INSTITUCIONAIS; HOSPEDAGEM, MANUTENÇÃO E PROGRAMAÇÃO DO PORTAL DA TRANSPARÊNCIA DA PREFEITURA E HOME-PAGE DA SECRETARIA MUNICIPAL DA GESTÃO DO MEIO AMBIENTE E TURISMO; HOSPEDAGEM, MANUTENÇÃO E PROGRAMAÇÃO DO APLICATIVO INTERLIGADO COM O PORTAL DA TRANSPARÊNCIA DA PREFEITURA PARA ANDROID E IOS; POSTAGEM DIÁRIA DE ARQUIVOS PDF'S NO PORTAL DA TRANSPARÊNCIA REFERENTES A ESTA SECRETARIA.** Tal contratação é essencial tendo em vista que a Secretaria Municipal da Gestão do Meio Ambiente e Turismo possui grande demanda de atendimentos diários, e que necessitam de máquinas computadorizadas para o desenvolvimento dos trabalhos administrativos prestados pela Secretaria, havendo assim a necessidade de manter o pleno funcionamento dos computadores, sem riscos de paralizações à longo prazo, objetivando otimizar o uso em condições seguras, de forma a apoiar, tempestivamente, os processos, atividades e serviços executados, sendo, portanto, imperiosa a realização da contratação supracitada sob pena de solução de continuidade na prestação dos relevantes serviços públicos prestados por esta Secretaria. Além de poder, de forma segura e efetiva, estar mantendo os sites atualizados sobre quaisquer assuntos e/ou situações que sejam de competência desta SEMAT. Nos termos da **Lei 14.133 de 1 de abril de 2021, artigo 75, inciso II,**

#### **5. DA CONTRATAÇÃO POR DISPENSA DE LICITAÇÃO**

5.1-A CONTRATAÇÃO fundamentada nos pressupostos do art.75, II, da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021.

#### **6. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO**

6.1- A empresa vencedora deverá apresentar toda a documentação necessária à habilitação: Certidões de regularidade fiscal (UNIÃO, ESTADO E MUNICIPIO DA SEDE DA CONTRATADA), regularidade FGTS, Habilitação Jurídica, inexistência de débito trabalhista e Inscrição CNPJ contendo atividade compatível com objeto da despesa, com atestado de capacidade técnica.

6.2-Disponibilizar serviços de montagem de arte em conformidade com os requisitos



solicitados pela SEMAT.

## **7. ENTREGA E CRITÉRIOS DE ACEITAÇÃO DO OBJETO**

- 7.1-A contratada deverá estar apta para realizar os serviços no objeto citado acima.
- 7.2-A contratada deverá executar o serviço de forma imediata após assinatura do contrato mediante autorização de ORDEM DE SERVIÇO desta Secretaria.
- 7.3-O atendimento para realização dos serviços, no caso de reparos e ajustes dos acessórios, a contratada deverá sanar o mesmo no prazo de 24hs para solucionar o problema, a partir da solicitação do serviço.
- 7.4- Não será admitida a subcontratação do objeto.
- 7.5- Deverá atender às Normas Técnicas Brasileiras e Regulamentações, quando esses não forem descritos neste termo.

## **8. OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE**

- 8.1- São obrigações da Contratante:
- 8.2- Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência;
- 8.3- Verificar minuciosamente, a conformidade do objeto recebido com as especificações constantes do Termo de Referência da proposta, para fins de aceitação e recebimento.
- 8.4- Comunicar à Contratada, por escrito, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas no objeto fornecido, para que seja substituído, reparado ou corrigido.
- 8.5-Acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações da Contratada, através de servidores especialmente designado;
- 8.6- Efetuar o pagamento à Contratada no valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo e forma estabelecidos no Termo de Referência;
- 8.7- A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela Contratada com terceiros, ainda que vinculados à execução do presente Termo de Contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da Contratada, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

## **9. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA**

- 9.1-Realizar a manutenção da Rede de Computadores, avaliando como estão a troca de dado, mantendo-os em bom estado e operante;
- 9.2-Substituir, reparar ou corrigir, às suas expensas, no prazo fixado neste Termo de Referência, o objeto com avarias ou defeitos;
- 9.3-Manter o site da Prefeitura Municipal em pleno funcionamento, possibilitando que as



informações a respeito desta Secretaria sejam exibidas de forma clara e acessível.

9.4-Realizar a postagem de arquivos *PDF'S* no Portal da Transparência.

## **10. DO CONTROLE E FISCALIZAÇÃO DA EXECUÇÃO**

10.1-Nos termos do art. 117 da Lei nº 14.133, de 2021, será designado representante para acompanhar e fiscalizar, anotando em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do serviço e determinando o que for necessário à regularização de falhas ou defeitos observados.

10.2-A fiscalização de que trata este item não exclui nem reduz a responsabilidade da Contratada, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas ou vícios redibitórios, e, na ocorrência desta, não implica e corresponsabilidade da Administração ou de seus agentes e prepostos, de conformidade com o art.120 da Lei nº 14.133, de 2021.

10.3-O representante da Administração anotar em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos funcionários eventualmente envolvidos, determinando o que for necessário à regularização das falhas ou defeitos observados e encaminhados apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis.

10.4-A atestação da nota dos serviços prestados será por um servidor designado pelo CONTRATANTE;

## **11. DO PAGAMENTO**

11.1-O pagamento será realizado no prazo máximo de até 30 (trinta) dias, contados a partir do recebimento da Nota Fiscal ou Fatura, através de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicado pelo contratado.

11.2-Para pagamento, o Contratado deverá apresentar Nota Fiscal discriminativa, indicando os quantitativos e preços unitários e totais de cada tipo de produto fornecido, acompanhada das certidões negativas: Federal, Estadual, Municipal e CRF do FGTS e Trabalhista.

11.3-Considera-se ocorrido o recebimento do documento fiscal no momento em que o órgão contratante atestara execução do objeto do contrato.

11.4-Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal ou dos documentos pertinentes à contratação, ou, ainda, circunstância que impeça a liquidação da despesa, como, por exemplo, obrigação financeira pendente, decorrente de penalidade imposta ou inadimplência, o pagamento ficará sobrestado até que a Contratada providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para a



Contratante.

11.5-Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

11.6-Persistindo a irregularidade, a contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada à contratada a ampla defesa.

11.7-Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

11.8-A Contratada regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

## **12. DO REAJUSTE**

12.1-Os preços são fixos e irremovíveis no prazo de vigência do contrato.

## **13. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS**

13.1-Comete infração administrativa nos termos do art.155 da Lei nº 14.133, de 2021, a Contratada que:

13.2-Der causa à inexecução total ou parcial de qualquer das obrigações assumidas em decorrência da contratação;

13.3-Não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;

13.4-Não celebrar o contrato ou deixar de entregar a documentação exigida dentro do prazo;

13.5-Ensejar o retardamento da execução ou entrega do objetos em motivo justificado;

13.6-Apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;

13.7-Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza; praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;

13.8-Pela inexecução total ou parcial do objeto deste contrato, a Administração pode aplicar a CONTRATADA as seguintes sanções:

13.9-Advertência, por faltas leves assim entendidas aquelas que não acarretem prejuízos significativos para a Contratante;

13.10-Suspensão de licitar e impedimento de contratar com o órgão, entidade ou unidade administrativa pela qual a Administração Pública opera e atua concretamente, pelo prazo de até dois anos;



**Prefeitura Municipal de Belterra**  
**Secretaria Municipal da Gestão do Meio Ambiente e Turismo**  
FUNDO MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE - FMMA  
CNPJ 32.434.374/0001-01



13.11-Impedimento de licitar e contratar com órgãos e entidades da União como consequente descredenciamento no SICAF pelo prazo de até cinco anos.

13.12-A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa à Contratada, observando-se o procedimento previsto na Lei nº14.133, de 2021 e subsidiariamente a Lei nº 9.784, de 1999.

13.13-A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.

13.14-A apuração e o julgamento das demais infrações administrativas não consideradas como ato lesivo à Administração Pública nacional ou estrangeira nos termos da Lei nº12.846, de 1º de agosto de 2013, seguirão seu rito normal na unidade administrativa.

13.15- As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

#### **14. ESTIMATIVA DE PREÇOS E PREÇOS REFERENCIAIS**

14.1-O custo estimado da contratação será subsidiado conforme levantamento de preços após realização da pesquisa de mercado.

---

**ORDELEY MOACIR DIAS**

Secretário Municipal da Gestão do Meio Ambiente e Turismo  
Decreto nº 009/2023